



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

Gabinete do Vereador Raffael Cantu - PCdoB



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR  
Protocolo Geral - 08-Out-2015-16:24-024573-1/1

Exmo. Sr.  
**Ênio Ruaro**  
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

O Vereador infra-assinado, **RAFFAEL CANTU - PCdoB**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto Plenário desta Casa Legislativa e solicita o apoio dos nobres pares, para a aprovação do seguinte Projeto de Lei:

## **Projeto de Lei 182/2015**

**Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.762, de 26 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa Organizacional da Prefeitura Municipal de Pato Branco e dá outras providências.**

**Art. 1º.** A Lei nº 3.762, de 26 de dezembro de 2011, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 14-A:

"Art. 14-A. O Poder Executivo encaminhará cópia do currículo pessoal, profissional e político dos agentes investidos nos cargos em provimento de comissão, bem como das certidões civil e criminal, ao Poder Legislativo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após ato de nomeação."

**Art. 2º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pato Branco, 8 de outubro de 2015.

**Raffael Cantu**  
**Vereador - PCdoB**  
**PROPONENTE**



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

Gabinete do Vereador Raffael Cantu - PCdoB



## **JUSTIFICATIVA**

O Projeto de Lei que ora se apresenta trata de proposição relevante no tocante à transparência e no cumprimento dos deveres do Poder Legislativo, que ancorado na fiscalização, deve tomar conhecimento dos atos do Poder Executivo e de seus gestores.

Além da comprovação da idoneidade moral, princípio moral básico para a administração, a matéria em tela tem o intuito de fiscalizar o cumprimento dos dispositivos que tratam da capacitação técnica e da experiência dos profissionais.

Outrossim, ao criar tal procedimento, o signatário, pretende coibir a banalização nas nomeações, muitas vezes, motivadas por interesses políticos e desnecessárias quanto ao aspecto gerencial, porém sem ferir os preceitos previstos na Lei Orgânica Municipal que garantem a iniciativa exclusiva do Poder Executivo no provimento de cargos comissionados ligados à administração municipal.

Em razão do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação dessa proposição.

Pato Branco, 8 de outubro de 2015.

**Raffael Cantu**  
**Vereador – PCdoB**  
**PROPONENTE**



# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO



## **LEI Nº 3.762, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011**

Dispõe sobre a **Estrutura Administrativa Organizacional** da Prefeitura Municipal de Pato Branco e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a estrutura administrativa organizacional do Município de Pato Branco e define objetivos, determinados em função da realidade local, a preparação dos meios para atingi-los, o controle de sua aplicação e a avaliação de resultados.

**Art. 2º** A estrutura organizacional é integrada por todos os órgãos da Administração Pública Municipal direta, que constituem o Governo Municipal, na forma desta Lei.

### **CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS**

**Art. 3º** O objetivo principal é aprimorar a Administração Municipal em prol dos interesses da coletividade, atendendo às peculiaridades locais e aos princípios técnicos convenientes ao desenvolvimento da comunidade, visando:

I – facilitar e simplificar o acesso dos munícipes aos serviços e equipamentos públicos municipais;

II – simplificar e reduzir os controles administrativos ao mínimo considerado indispensável, evitando o excesso de burocracia e a tramitação desnecessária de documentos, assim como a incidência de controles desnecessários e meramente formais;

III – evitar a concentração de decisões nos níveis hierárquicos superiores, descentralizando-a administrativamente, de maneira que se aproximem dos fatos, das situações e das pessoas que se beneficiam destas decisões;

IV – tornar ágil o atendimento aos munícipes quanto ao cumprimento das exigências legais de qualquer ordem, promovendo a adequada orientação em relação aos procedimentos burocráticos;

V – promover a integração dos munícipes na vida político-administrativa do Município, a fim de possibilitar um contato direto com os anseios e as necessidades da comunidade, de modo a direcionar, objetivamente, a atuação da Administração Pública municipal;

VI – elevar o nível de capacitação, de produtividade e de eficiência dos servidores públicos municipais mediante a adoção de critérios rigorosos de admissão, treinamento, aperfeiçoamento e desenvolvimento;

VII – atualizar permanentemente os serviços e os equipamentos, visando à modernização e à racionalização dos métodos de trabalho, com a finalidade de reduzir custos e ampliar a oferta de serviços com aprimoramento qualitativo.

### **CAPÍTULO III DOS FUNDAMENTOS BÁSICOS E DA AÇÃO ADMINISTRATIVA**

**Art. 4º** As atividades da Administração Municipal obedecerão, em caráter permanente, aos seguintes fundamentos:

I – **Planejamento**: Compreende a seleção dos objetivos, das diretrizes e dos programas, além dos procedimentos para atingi-los.



# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO



**II – Coordenação:** Realizar a execução de planos e programas de governo.

**III – Descentralização:** Visa à liberação dos dirigentes superiores das rotinas de execução e das tarefas de mera formalização dos atos administrativos, para concentrarem-se nas atividades de planejamento, de supervisão e de controle.

**IV – Delegação de Competências:** Assegurar maior rapidez, eficiência e objetividade às decisões, situando-se na proximidade dos fatos, das pessoas e dos problemas a resolver.

**V – Controle:** Exercidos em todos os níveis hierárquicos, compreende:

a) O controle pela chefia competente da execução dos programas e da observância das normas que disciplinam as atividades específicas do órgão controlado;

b) O controle da utilização, da guarda e da aplicação do dinheiro, bens e valores públicos pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

**VI – Racionalização:** Objetiva a atualização permanente dos serviços municipais, visando assegurar a prevalência dos objetivos sociais e econômicos da ação municipal.

**Art. 5º** O planejamento das atividades da Administração Municipal obedecerá às diretrizes políticas emanadas dos anseios da comunidade e estabelecidas pelo Poder Executivo através da elaboração e da manutenção dos seguintes instrumentos de planejamento:

I – Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal e de Expansão Urbana;

II – Programa de Governo Municipal;

III – Plano Plurianual;

IV – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

V – Lei Orçamentária Anual.

**Art. 6º** A elaboração e a execução do planejamento das atividades municipais guardarão inteira consonância com os planos e os programas dos Governos Federal e Estadual.

**Art. 7º** A ação do Município, em áreas assistidas pela atuação da União ou do Estado, será de caráter supletivo e, sempre que for o caso, buscará mobilizar recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis.

**Art. 8º** A Administração Municipal, além dos controles formais concernentes à obediência a preceitos legais e regulamentares, disporá de instrumentos de acompanhamento e de avaliação de resultados da atuação dos seus diversos órgãos e agentes.

**Art. 9º** A Prefeitura Municipal recorrerá, sempre que admissível e aconselhável, à execução indireta de obras e de serviços mediante contrato, concessão, permissão ou convênios com pessoas e entidades públicas ou particulares, de forma a evitar novos encargos permanentes e a ampliação desnecessária de seu quadro de servidores.

**Art. 10.** Na elaboração e na execução de seus programas, a Prefeitura Municipal estabelecerá o critério de prioridades, segundo a essencialidade da obra ou do serviço e o atendimento do interesse coletivo.

## **CAPÍTULO II ORGANIZAÇÃO BÁSICA**

**Art. 11.** A estrutura organizacional da Prefeitura do Município de Pato Branco fica constituída dos seguintes órgãos:

### **A) ÓRGÃOS DE ACONSELHAMENTO:**

- I. Conselho Municipal de Assistência Social;
- II. Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;



# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO



- III. Conselho do Fundo Municipal de Equipamento do Destacamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná – FUNREBOM-PB;
- IV. Conselho Municipal de Saúde;
- V. Conselho Municipal do Trabalho;
- VI. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;
- VII. Conselho Municipal de Transporte Coletivo;
- VIII. Conselho Municipal de Educação;
- IX. Conselho Municipal de Defesa do Consumidor;
- X. Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos da Mulher;
- XI. Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- XII. Conselho Municipal em Defesa do Idoso;
- XIII. Conselho Municipal Fundeflor;
- XIV. Conselho Municipal do Orçamento Participativo;
- XV. Conselho Municipal de Acompanhamento do Fundo de Educação;
- XVI. Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico;
- XVII. Conselho Comunitário de Segurança Pública;
- XVIII. Conselho Municipal de Entorpecentes;
- XIX. Conselho Municipal da Juventude;
- XX. Conselho Municipal de Defesa Civil;
- XXI. Conselho Municipal de Zoneamento;
- XXII. Conselho Municipal de Turismo;
- XXIII. Conselho Municipal de Trânsito;
- XXIV. Conselho Municipal de Cadastro Único;
- XXV. Conselho Municipal do Meio Ambiente;
- XXVI. Conselho Municipal de Cultura;
- XXVII. Conselho Municipal de Contribuintes;
- XXVIII. Conselho Municipal do Plano Diretor;
- XXIX. Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social;
- XXX. Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano;
- XXXI. Conselho Municipal de Patrimônio Cultural;
- XXXII. Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais;
- XXXIII. Conselho Municipal de Esportes.

## **B) ÓRGÃOS DE COLABORAÇÃO COM O GOVERNO FEDERAL:**

- I. Junta de Serviço Militar.

## **C) ÓRGÃO DE ASSISTÊNCIA IMEDIATA:**

- I. Gabinete do Prefeito;
- II. Procuradoria-Geral;
- III. Diretoria de Comunicação Social;
- IV. Assessoria Jurídica;
- V. Assessoria de Assuntos Legislativos;
- VI. Assessoria de Convênios e Captação de Recursos;
- VII. Controladoria-Geral;
- VIII. Procon.

## **D) ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO ESPECÍFICA:**

- I. Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- II. Secretaria Municipal de Planejamento;
- III. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico;
- IV. Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos;



# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO



- V. Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania;
- VI. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer;
- VII. Secretaria Municipal de Saúde;
- VIII. Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- IX. Secretaria Municipal de Agricultura.

## **E) ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:**

- I. Companhia de Mineração de Pato Branco.

## **F) ÓRGÃOS DE DESCENTRALIZAÇÃO TERRITORIAL:**

- I. Administração Distrital de São Roque do Chopim

§ 1º Os Conselhos constantes da letra "A" deste artigo estão vinculados ao Chefe do Poder Executivo por linha indireta e terão regimento próprio, obedecida, entretanto, a política geral do Governo Municipal.

§ 2º Os Órgãos constantes das letras "C" e "D" deste artigo constituem a Administração Centralizada da Prefeitura Municipal de Pato Branco, hierarquicamente disposta e subordinada ao Chefe do Poder Executivo por linha direta.

§ 3º O órgão constante da letra "E" deste artigo é parte integrante da Administração Descentralizada, sendo que esse órgão reger-se-á por normas próprias, vinculadas, contudo, à política geral do Governo Municipal.

§ 4º O órgão constante da letra "F" deste artigo é parte integrante da Administração Pública Direta, vinculados à política geral do Governo Municipal, sendo subordinado ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 12.** As Unidades Administrativas integrantes dos órgãos constantes das letras "C" e "D" do artigo 11 da presente lei, compõe a Estrutura Organizacional Administrativa, disposta no Anexo I, parte integrante desta Lei.

**Art. 13.** Ficam criados os cargos constantes do Anexo II, parte integrante desta Lei, para o exercício das atividades pertinentes aos órgãos e às suas respectivas unidades administrativas, obedecendo à lotação, à simbologia e à quantidade nele estabelecidas.

## **Art. 14. VETADO**

§ 1º Para todos os efeitos legais, os vencimentos dos cargos em provimento de comissão, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderão ser acrescidos em até 100% (cem por cento), a título de Gratificação por Tempo Integral (GTI), calculada sobre o valor básico do respectivo símbolo.

§ 2º O vencimento dos cargos de provimento em comissão acrescidos de gratificação não poderá ultrapassar o valor do subsídio dos Secretários Municipais.

**Art. 15.** Os cargos relativos aos órgãos integrantes da estrutura administrativa, quando ocupados por servidores públicos efetivos, poderão ser exercidos:

I – Com o afastamento do servidor do cargo concursado e optando-se pela remuneração da presente Lei; ou

II – Optando o servidor pela remuneração do cargo do concurso, fará jus à percepção de Função Gratificada – símbolo "FG", no percentual de até 100% incidente sobre os



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



Gabinete do Vereador Raffael Cantu – PCdoB – RGRC Nº 28/2016

Exmo. Sr.

**Geraldo Edel de Oliveira**

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco



**Solicita o arquivamento do PL 182/2015.**

O vereador infra-assinado, **Raffael Cantu – PCdoB**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja arquivado o PL 182/2015, de sua autoria, tendo em vista que a Lei 3.762, de 26 de dezembro de 2011, objeto deste projeto, foi revogada.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 1º de abril de 2016.

  
**Raffael Cantu**  
Vereador – PCdoB

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR

Protocolo Geral

-04-Abr-2016-09:28-026625-1/1



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



## **PROJETO DE LEI Nº 182/2015**

RECEBIDO EM: 8 de outubro de 2015

SÚMULA: Acrescenta dispositivo à Lei nº 3762, de 26 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa Organizacional da Prefeitura Municipal de Pato Branco.

(Art. 14-A. O Poder Executivo encaminhará cópia do currículo pessoal, profissional e político dos agentes investidos nos cargos em provimento de comissão, bem como das certidões civil e criminal, ao Poder Legislativo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após ato de nomeação).

LEITURA EM PLENÁRIO: 14 de outubro de 2015

AUTOR: Raffael Cantu – PC do B

ARQUIVADO em 5 de abril de 2016, conforme requerimento do vereador proponente, aprovado na sessão ordinária do dia 4 de abril de 2016, considerando que a Lei nº 3762/2011 foi revogada pela Lei nº 4742, de 29 de fevereiro de 2016.